

DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÕES DAS TRANSFORMAÇÕES E DO DESEMPENHO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO BRASIL

Leonardo Xavier da Silva¹

Viviane Ratzmann²

RESUMO

Este artigo visou a descrever as transformações das cooperativas de crédito, diante da economia de mercado atualmente observada no Brasil. Para isso, fez-se uma revisão bibliográfica acerca do tema, além de se assinalar sobre evidências empíricas de conduta do sistema no País. Constatou-se que as cooperativas de crédito se estruturam neste contexto sem perder suas características doutrinárias e mantendo seus princípios ideológicos. As mudanças observadas nas cooperativas de crédito são provocadas por força de alterações normativas, mas também por iniciativa de modelos de gestão que têm a intenção de melhorar a posição destas organizações nos mercados onde atuam. No Brasil, embora a participação das cooperativas de crédito seja ainda pequena, no cenário agregado do sistema financeiro nacional é visível seu crescimento e melhoria de seus resultados, particularmente no século XXI. Evidências dessa melhoria estão no aumento no número de estabelecimentos, no crescente número de associados e na expansão da participação no total do crédito nacional, variáveis que permitem inferir sobre o desempenho das instituições de crédito cooperativo brasileiras.

Palavras-chave: cooperativismo de crédito no Brasil, transformações na estrutura de crédito cooperativo no Brasil, desempenho no contexto de economia de mercado.

1 INTRODUÇÃO

O Cooperativismo retrata um importante mecanismo de sobrevivência do atual sistema capitalista¹. Contudo, esta ainda não é uma questão clara para sociedade, pelo fato de existirem interpretações e, logo, entendimentos extremados sobre sua lógica. Hoje em dia, há correntes que apoiam o cooperativismo como uma estrutura que represente desde a utopia socialista ao liberalismo. O importante é que a intenção é de se apresentar o cooperativismo, sua lógica estrutural e organizacional, em face às transformações econômicas contemporâneas.

¹ Considerando-se uma economia de mercado, tendo em vista que o capitalismo, em sua concepção original expressa pelas escolas clássica e marxista, não é encontrado na realidade atual. Sobre isso, por exemplo, ver FUSFELD, Daniel. A era do Economista. São Paulo, Saraiva. 2001.

Os reflexos deixados pelo capitalismo na sociedade marcam as competições acirradas entre empresas, instituições de grande porte controladas por capital nacional ou estrangeiro na busca pelo lucro. Isso faz com que diversos setores da economia se voltem a formas construtivas próprias de inserção nos mercados, como é o evidente caso do cooperativismo, cuja expansão pode ocupar um papel de estabilizador e de regulador na economia atual.

Entender e difundir o cooperativismo não são tarefas fáceis, por inúmeras razões, dentre elas: por ser considerada uma filosofia romântica, utópica ou, ainda, uma forma oportunista para alguns grupos obterem benefícios. A estrutura das sociedades cooperativas é bastante complexa e a proposta deste trabalho é buscar a centralização das interpretações em suas particularidades, fazendo-se conhecer a estrutura deste modelo e como o mesmo vem se comportando na atual configuração dos mercados. Em outras palavras, tem-se o intuito de se observar a constituição e o comportamento do cooperativismo, considerando sua existência em um ambiente de economia com as características típicas do capitalismo, como propriedade privada dos meios de produção, divisão do trabalho e existência de moeda para fins de troca e poupança, mas também para especulação. E, cujas intervenções governamentais existem para restaurar o sistema, em suas circunstâncias de crise.

Diferentemente das tradicionais estruturas capitalistas, o cooperativismo não visa ao lucro, mas sim a satisfazer as necessidades do grupo que dele faz parte, dentro de um processo social compreendido historicamente, com acesso de bens e serviços a custos menores, gerando um melhor bem-estar social. Quando do excedente das transações realizadas com seu quadro social, este é investido e aplicado em seu local de atuação, permitindo assim uma melhor distribuição de renda e riqueza.

Existem alguns fatores que irão contribuir para seu sucesso, bem como para seu insucesso, como questões de ordem legal (regulamentação do Estado) e/ou gerencial (internas às cooperativas), ou, ainda, de concorrência nos mercados onde atuam. De forma geral, não existe nenhuma fórmula específica que determina seu êxito ou fracasso. Existem, sim, meios ou alternativas de se atingir estes objetivos como: adequado modelo de gestão, influência cultural, participação do associado no empreendimento, entre outros.

Na esteira destas relações de cooperação constroem-se e operam as cooperativas de crédito, atividade essa observada em diversos países, dentre esses o Brasil, desde a primeira década do século XX. E apresenta-se como alternativa às entidades financeiras que têm caracterizado tal setor como de uma estrutura de mercado em oligopólio baseado em capital privado nacional e/ou multinacional e, ainda, no caso brasileiro, com a concorrência de bancos públicos, e cuja diferenciação dos seus serviços está cada vez mais difícil de se verificar. Prova desta atuação das cooperativas de crédito do Brasil está em dados de 2011, como o número aproximado de 5,7 milhões de associados, patrimônio líquido de quase R\$ 14 bilhões e valor dos depósitos totais de mais de R\$ 35 bilhões (Quadro 2, em anexo).

Em face desses subsídios, tem-se neste artigo o objetivo de descrever as transformações das cooperativas de crédito, diante da economia de mercado atualmente observada no Brasil, partindo do pressuposto de que o cooperativismo de crédito, com suas particularidades, podem conviver neste ambiente, contribuindo, ao mesmo tempo, como fator estabilizador e como fator impulsionador do capitalismo. Para isso, o texto está estruturado da seguinte forma: primeiro, expõem-se aspectos teóricos do cooperativismo e suas formas de participação na economia de mercado contemporâneo; apresenta-se o processo histórico de construção do cooperativismo de crédito, no Brasil e no mundo, com especial atenção ao seu processo evolutivo no país; resumem-se algumas regras e características de atuação das cooperativas de crédito no Brasil; mostra-se a situação atual do segmento cooperativista de crédito brasileiro. Por fim, são feitas considerações finais, em que são reforçadas questões como estrutura do cooperativismo de crédito e sua viabilidade, diante da política de Estado e do capitalismo atual.

Para que o objetivo seja alcançado, faz-se prioritariamente uma revisão bibliográfica, buscando-se argumentos de autores relevantes para a temática. Também, captam-se dados secundários como evolução no número de cooperativas, no número de associados, ativos totais, colaboradores, depósitos totais, operações de crédito, patrimônio líquido e número de postos de atendimento. As fontes desses dados foram publicações do Banco Central do Brasil, Pinheiro (2008) e Portal do Cooperativismo de Crédito.

2 COOPERATIVISMO: UM INSTRUMENTO DO CAPITALISMO ATUAL

Atualmente, o Cooperativismo tem atraído atenção dos mais diversos setores da economia e vem ganhando força na atualidade por muitos políticos, economistas neoliberais e reformistas, devido às consequências das diferenças sociais marcadas pelas ineficiências do capitalismo. Pode-se citar a concentração de renda, aliada ao distanciamento social entre ricos e pobres, algo que ilustra os desajustamentos sociais oriundos dos excessos da intermediação capitalista.

Do ponto de vista econômico, merece especial destaque Pinho (1982), por suas obras dedicadas à importância do cooperativismo e necessidade de utilização deste potencial nas atuais estruturas econômicas, como forma de organização democrática da sociedade. Esta, assim, expõe a relevância das estruturas cooperativas:

Organizações de pessoas que buscam, em bases democráticas, atender às necessidades econômicas de seus membros e prestar-lhes serviços, as cooperativas são especialmente importantes para atuar em situações econômicas críticas como inflação, recessão, estagnação e desemprego. Aliás, esta potencialidade decorre do fato da cooperativa reunir na mesma instituição, uma associação de pessoas e uma empresa (PINHO, 1982, p. 239).

As empresas cooperativas nascem da insatisfação gerada pelas ineficiências do capitalismo, o que reforça a ideia da autora, sendo que o cooperativismo tem raízes em países desenvolvidos. “As mesmas surgem como uma alavanca para o crescimento econômico sustentado, atuando decisivamente como instrumento de organização econômica da sociedade” (SCHARDONG, 2002, p 105) e importante instrumento de regulação do mercado.

Uma importante observação foi feita por Marglin, em seu clássico, *What do Bosses do?* (1974, p.72): “O espectador aprovou a cooperação entre mestres e homens, contando que ela não ameaçasse o capitalismo. De fato, contando que a cooperação fosse limitada ao lucro compartilhado e à preferência, ela poderia reforçar o capitalismo”. Isso quer dizer que não houve ascensão do cooperativismo como uma reação de contrariedade à economia de mercado, mas sim uma forma de inserção de grupos de pessoas, diante da atual estrutura do capitalismo. Portanto, ajusta-se o entendimento da visão como um todo do sistema cooperativista.

Assim, Rios (1998, p.33) adverte que, no entanto: “o cooperativismo não deve ser visto como uma solução mágica, e sim como o começo extraordinário do muito que precisa ser conquistado sob império da legalidade que deve sustentar a ordem social das verdadeiras democracias”. Difundir esta ideia é algo desafiador, o que quer dizer que o cooperativismo não é a solução de todas as mazelas causadas pelo tradicional sistema capitalista, é sim uma alternativa econômica para uma sociedade que busca ser mais justa. Ou seja, é a forma mercantil de acesso a bens, serviços e mercadorias a custos mais acessíveis.

Aliado a isso, acrescenta-se a afirmação de Perius (1983).

O modelo econômico cooperativo não visa a substituir a economia de mercado, pelo contrário, serve-se dela, para fortalecê-lo, aprimorá-lo e até organizá-lo onde ele inexistente. O cooperativismo apenas visa à correção no sentido econômico, social e político-social (PERIUS, 1983, p.92).

Se as relações comerciais via cooperativa têm como objetivo permitir acesso a determinados bens e serviços a custos menores, pode-se então obter através desta uma importante ferramenta de regulação de mercado. As demais empresas de mercado que irão concorrer com ela precisarão revisar suas estratégias de atuação, incluindo-se aí estratégias de custos, de preços e, assim, de lucros, alterando o comportamento econômico natural de concorrência dentro do sistema capitalista. De toda forma, tal visão não é clara para a sociedade, pois para um leigo no assunto há uma distorção do princípio de igualdade, considerada como uma alternativa romântica, paternalista, marxista ou, até mesmo, considerada como uma forma oportunista para obter alguns benefícios fiscais, uma vez que sua legislação tributária é diferenciada para o sistema cooperativo.

As sociedades cooperativas são empresas cujo objetivo não é a busca desenfreada pelo lucro ou a ganância pela rentabilidade do capital, mas sim o uso comum do dinheiro do grupo de associados, que é transformado em bens e serviços, de acordo com o ramo da cooperativa, a custos mais acessíveis. Esta prática visa a estender um maior bem-estar social, pois permite o acesso de bens e serviços a pessoas que em uma estrutura capitalista tradicional não teriam acesso.

Assim, diferentemente da empresa capitalista, o capital da cooperativa provém fundamentalmente do usuário, cujo objetivo fundamental não é fazê-lo frutificar, mas juntá-lo aos de outros associados, a fim de colocar em funcionamento uma empresa que lhes preste serviço. São os usuários-empresários que correm o risco de obter êxito ou fracassar, mas em uma atividade de auto prestação de serviço, com o capital obtido através da quotização de todos (PINHO, 1977, p. 140).

O maior objetivo da cooperativa é atender e satisfazer às necessidades do grupo de associados que dela faz parte. Como este grupo assume o duplo papel de sócio e usuário, ele tem a autonomia de decidir o rumo da cooperativa de forma democrática. Isso também Rios (1998) reforça em sua tese, obtendo em suas mãos a gestão da cooperativa, controlada pelos Conselhos Fiscais, Administração e Diretores, ambos representantes do quadro social. Desta forma, permite um modelo de gestão democrático e transparente. Sua forma de lucro é denominada de sobras do exercício. Ou seja, é o excedente de todas as suas transações comerciais realizadas com seu quadro associativo. Resultado de suma importância para sua sobrevivência, de acordo com Rios (1998, p. 40-41):

Embora sua finalidade não seja gerar lucro pelo lucro, sua *performance* precisa estar estruturada de maneira eficaz a fim de gerar resultados positivos (ou sobras) que lhe permitam pela ordem:

- Ter sua sobrevivência garantida hoje.
- Estabelecer planos de crescimento sustentado que lhe permitam sobreviver amanhã.

Mas, então, seria uma espécie de exploração? Não, a grande diferença de uma empresa capitalista tradicional, é o destino deste lucro. A empresa tradicional o lucro é destinado para seus acionistas, onde estes irão aplicar este onde melhor rentabilizar seu capital, independentemente de raízes. Em uma sociedade cooperativa, as sobras são investidas em seu local de atuação (comunidade), decididas democraticamente pela assembleia geral dos associados, órgão supremo de uma sociedade cooperativa, quando de sua prestação de contas, que é o que a define como uma forma de gestão democrática e transparente.

Esta forma de distribuição das sobras na sociedade cooperativa permite uma melhor distribuição de renda e ajustar os desequilíbrios regionais. Viabiliza-se desenvolver uma comunidade que seja mais pobre ou menos desenvolvida do que outras. Isso reforça a ideia de Schardong (2002) que afirma que o cooperativismo surge como uma alavanca para o crescimento econômico sustentado, atuando como instrumento de organização econômica da sociedade.

2.1 Gestão Cooperativa

Como toda e qualquer empresa que visa à otimização de recursos e racionalização de seus custos, as sociedades cooperativas se comportam tendo como foco a eficiência alocativa. Isso, estando as mesmas inseridas na lógica de mercado puramente capitalista, ou com interferência governamental, ou mesmo baseado em propriedade coletiva. E, uma das formas de racionalização é através do desenvolvimento de um adequado modelo de gestão que utilize modernos instrumentos administrativos, de forma a adequar suas estruturas à realidade de mercado.

Aqui, trata-se de ferramentas de gestão, elemento de vital importância para sobrevivência de qualquer estrutura empresarial em um ambiente capitalista. Para as sociedades cooperativas que estão inseridas neste contexto não poderia ser diferente, pois também deverá adaptar-se ao processo evolutivo. É importante ressaltar que o processo de adaptação ou aplicação ocorrerá de acordo com a realidade e as expectativas de cada cooperativa.

Antes de apresentar as estruturas do modelo de gestão e estruturação, vale conceituar alguns termos chaves que, de acordo com Oliveira (2001, p.67), serão referências para esta abordagem:

Modelo: pode ser conceituado como uma representação, abstrata e simplificada, de uma realidade da cooperativa em seu todo ou em partes.
Gestão: Pode ser conceituada como um processo interativo de desenvolver e operacionalizar as atividades de planejamento, organização, direção e avaliação dos resultados da cooperativa (OLIVEIRA, 2001, p. 67).

As empresas independentes de seu modelo de estrutura devem estar atentas à rápida evolução do mercado capitalista. Sejam elas tecnológicas ou gerenciais, as cooperativas não ficam alheias a este processo. Tal argumento foi exposto por Rios (1998) que defendeu que a organização e o gerenciamento das cooperativas as fazem “muito competitivas no mercado brasileiro, não ficando nada a dever em termos de estratégias para empresas tradicionais” (p.36).

Portanto, é no contexto de competição que as cooperativas precisam se adaptar e o primeiro passo é adequar sua forma e estratégias de gestão. Para Oliveira (2001), o processo de gestão nas cooperativas é composto por algumas etapas que podem ser de forma sucinta apresentadas:

a) Estruturação do Processo de Planejamento das Cooperativas: Nesta etapa, é essencial que a cooperativa saiba situar-se no contexto mercadológico, ou seja, ela deverá saber como está e para onde quer ir. Feito isso, o próximo passo é fazer um planejamento, estabelecendo norteadores como missão, visão e valores. Esta análise permite diagnosticar suas vantagens competitivas, cenário apresentado pelo mercado de atuação, e, desta forma, estabelecer prioridades, objetivos, metas e estratégias de atuação.

b) Estruturação Organizacional das Cooperativas: Para Oliveira (2001) estrutura organizacional cooperativa é:

O delineamento interativo das responsabilidades, autoridades, comunicações e decisões dos executivos e profissionais em cada unidade organizacional, com suas funções e a relação de cada parte para com as demais da cooperativa inteira. A estrutura organizacional deve ser delineada como instrumento administrativo para facilitar o alcance dos objetivos no plano estratégico. Portanto, a estrutura organizacional não é estática, o que poderia ser deduzido do estudo simples de seu organograma, que é a representação gráfica de determinados aspectos da estrutura organizacional da cooperativa. (OLIVEIRA, 2001, p. 173-174).

Como conceituado pelo autor, a estrutura organizacional é formada por quatro sistemas: responsabilidades, autoridades, comunicações e decisões.

c) Estruturação do Processo Diretivo: Esta etapa é a que impulsiona o crescimento da cooperativa. Para Oliveira (2001, p.241), “uma cooperativa sem liderança está fadada ao insucesso”. No caso das cooperativas de crédito especialmente é preciso existir fortes e influentes lideranças, pois elas tornam-se um referencial. É usual o líder ser um elemento carismático, o que significa elo para solução das necessidades do grupo.

Para o autor, também, “os fatores de influência da liderança nas cooperativas são a supervisão, a motivação, o treinamento, a comunicação, a administração participativa e o comprometimento” (p.271). Não existe uma ordem de importância para cada um destes fatores, até porque, no item anterior, da estruturação organizacional das cooperativas, a intensidade de aplicação de cada um dos fatores de influência depende de cada caso ou do contexto local.

Estes fatores podem ser colocados em prática através de reuniões, estruturação de comitês, atingindo todas pessoas envolvidas, como colaboradores, executivos e associados. Outro aspecto é que as lideranças devem estar baseadas

em um conjunto de valores e princípios que possam energizar as pessoas em torno dos líderes; (OLIVEIRA, 2001, p.250).

d) Estruturação do Processo de Acompanhamento, Avaliação e Aprimoramento dos Resultados das Cooperativas: Esta etapa vem a consolidar todo o processo. Ou seja, é o encerramento de todas as demais etapas anteriormente citadas.

Não existe um grau de importância para cada etapa, como já foi comentado. Cada uma tem a sua, mas este último processo é fundamental, pois permite avaliar as ações e desempenho das demais, principalmente avaliar o desempenho e as ações tomadas na etapa do planejamento estratégico.

As cooperativas que desejam obter êxito numa economia alicerçada no sistema capitalista deverão estar atentas aos modernos modelos de estrutura e de gestão utilizadas pelas tradicionais estruturas de propriedade privada. Talvez seja esta característica a que leva a gerar conflitos de entendimentos acerca do termo cooperativismo. Se, em determinados momentos utiliza-se uma filosofia de democracia, solidariedade e autoajuda, em outros, fala-se em adequação de mercado, otimização e racionalização de custos, gestão, enfim uma linguagem inspirada na lógica da eficiência de mercado. As cooperativas precisam se utilizar destes mecanismos para se manter viáveis nas atividades em que atuam.

É típico exemplo de gestão bem-sucedida o das cooperativas de crédito no Brasil. Como a seção seguinte mostra, há ajustes de gestão dessas organizações que têm proporcionado sua expansão. Mesmo assim, esta forma de atuação em nenhum momento fere sua filosofia ou princípios originários. O que as cooperativas precisam é adaptar-se a modernas metodologias e adequá-las a sua filosofia. Permite-se, assim, mais do que sua sobrevivência, viabiliza-se ser exemplo de expansão e de sucesso na contemporaneidade.

3 O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

3.1. Brevíssimo histórico

A primeira cooperativa de crédito de que se tem informação surgiu na Alemanha, em 1848, criada por Friedrich Wilhelm Raiffeisen como apoio para a

população rural, que embora não fosse ainda uma cooperativa, serviria de modelo para a futura atividade cooperativista de Raiffeisen. (TRINDADE; FERREIRA FILHO; BIALOSKORSKI NETO, 2008; PINHEIRO, 2008). A primeira cooperativa de crédito da América foi fundada em 1900, em Lévis (Québec-Canadá), por iniciativa de Alphonse Dejardins. Durante 25 anos, Dejardins agregou trabalhadores que formaram uma poupança que pudesse formar um volume de crédito baseado na mutualidade. Com isso, criou-se a primeira cooperativa de crédito popular do Canadá, atualmente a maior instituição de crédito do país (ETGETO *et alii*, 2005).

No Brasil, em 1902, no Rio Grande do Sul, mais precisamente em Linha Imperial, município de Nova Petrópolis, o padre jesuíta Theodor Amstadt deu início ao maior movimento cooperativista no Brasil. Amstadt sustentava a ideia de união e ajuda mútua e tinha em seu lema a proposta do associativismo como alternativa de desenvolvimento das pequenas comunidades. Em 28 de Dezembro de 1902, fundou-se a primeira cooperativa de Crédito brasileira, denominada Caixa Econômica e Empréstimos Amstad, “com intuito de reunir poupanças das comunidades de imigrantes e colocá-las a serviço de seu próprio desenvolvimento” (SCHARDONG, 2002. p. 65). Este empreendimento até hoje existe, sob denominação de Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis, hoje SICREDI Pioneira, que serviu de inspiração para expansão às demais cooperativas de crédito, “tornando-se representativas no financiamento das comunidades interioranas colonizadas por imigrantes europeus, especialmente na década de (mil e novecentos e) cinquenta” (SCHARDONG, 2002, p.65).

Em período similar, teve-se o desenvolvimento das cooperativas do tipo Luzzatti, também no sul do país, assim denominadas por estarem baseadas no modelo italiano de crédito cooperativo. Tinham como principal característica a aceitação de todas as categorias econômicas em seu quadro social (ETGETO *et alii*, 2005). Eram tipicamente urbanas.

Esta trajetória de sucesso paradoxalmente começou a limitar seu crescimento e levou inclusive algumas cooperativas à liquidação. Quando do advento da "revolução" de 1964², o Estado brasileiro reformou o Sistema Financeiro Nacional

² Na verdade, "golpe de Estado" ocorrido no Brasil, entre 31 de março e 01 de abril que culminou na tomada do poder estatal por militares, a partir da destituição do então Presidente João Goulart de seu cargo. Esse período de comando estatal por militares teve encerramento em 1985, quando a presidência voltou a ser ocupada por um civil.

(SFN), amparado pela Lei nº 4595/64, atribuindo e prestigiando as instituições financeiras de propriedade do Estado a elas atribuindo os recursos canalizados ao crédito rural, restringindo e enxugando o operacional das cooperativas (SCHARDONG, 2002).

O movimento retomou força somente na década de 1980, quando o modelo do Estado sinalizou fragilidade e escassos recursos subsidiados ao financiamento do setor agropecuário. As cooperativas agropecuárias, lideradas pela Federação das cooperativas de trigo e soja do Rio Grande do Sul (FECOTRIGO), reuniram-se as cooperativas de crédito remanescentes, constituindo a Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul (COCECRER), hoje denominada Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul (Central SICREDI RS), com intuito de discutir junto ao Banco Central do Brasil (BACEN), a reformulação da legislação, onde na década de 1990 as autoridades monetárias reconstituíram suas normas, autorizando a constituição de Bancos Cooperativos, em 1995 (SCHARDONG, 2002). Nasceu daí o BANSICREDI, primeiro Banco Cooperativo privado brasileiro, que hoje integra o Sistema SICREDI, fundado em 1995, seguido pelo BANCOOB, que integra o Sistema SICOOB (HOLZ, 2006). Antes, em 1994, na esteira da COCECRER, criou-se a Associação Nacional das Cooperativas de Crédito - ANCOOP, que até os dias de hoje reúne os segmentos organizados do cooperativismo de crédito brasileiro. Houve, neste momento, uma identificação das mudanças no cenário nacional que proporcionou uma nova configuração organizacional das cooperativas de crédito, a partir desse momento revelada também na constituição de um sistema integrado de cooperação, e não mais isolado, como outrora existente.

3.2 A atualidade do cooperativismo de crédito no Brasil

Conforme assinalado na seção anterior, o BACEN autorizou, em 1995, a constituição de bancos cooperativos, cuja finalidade era ter acesso à câmara de compensação de cheques e acesso a recursos equalizados do governo federal. Contudo, não poderiam participar do capital social de outras instituições financeiras, nem fazer operações *swap* por conta de terceiros. No ano de 2003 publicou-se a Resolução 3.106/03 do Banco Central do Brasil que permitiu a criação de Cooperativas de Crédito de Livre Admissão de Associados, outro importante avanço

do cooperativismo de crédito. Atualmente, não é mais a norma de atuação das entidades de crédito cooperativo, pois, após sucessivos ajustes de regramento, entrou em vigor em 10 de maio de 2010 a Resolução 3.859 acerca do tema (BACEN, 2010). Toda essa evolução institucional ampliou as possibilidades de crescimento da participação de mercado das cooperativas, visto que até então existiam basicamente cooperativas de crédito rural e cooperativas de crédito mútuo ou segmentadas de um determinado setor da economia como, por exemplo, empresários, profissionais liberais, entre outros.

As cooperativas de crédito atuavam até 2003 basicamente no setor primário da economia, tendo em vista a necessidade da agricultura ter linhas de financiamento para investimentos, custeio da produção e comercialização do que era gerado no processo de produção. A partir deste mesmo período, com a permissão da Livre Admissão de Associados, isso permite com que as cooperativas desta natureza possam atender todos os segmentos econômicos da sociedade.

De acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e executadas pelo BACEN, as cooperativas de crédito podem ser singulares, tendo necessariamente um mínimo de 20 associados. Também podem ser constituídas centrais de cooperativas com no mínimo três singulares e excepcionalmente com associações individuais. São essas chamadas de cooperativas centrais. Ainda, no sistema de cooperativas de crédito, é possível haver confederações de cooperativas, compostas de pelo menos três cooperativas centrais. Isso dá flexibilidade à organização, à gestão e ao plano estratégico dessas organizações. Sobre isso, como destacado na seção 2.1, é característica não ter como objetivo a obtenção de lucros e sim ter como contribuir com bens e serviços para a o exercício de atividades econômicas de proveito comum. Aos cooperados, contribuir para torná-los independentes de instituições financeiras de diferente caráter.

Dentre as operações possíveis pelas cooperativas de crédito, tem-se (COSIF, 2012):

a) Operações de captação: capital dos associados, depósitos dos associados (depósitos à vista e depósitos a prazo), empréstimos ou repasses de instituições

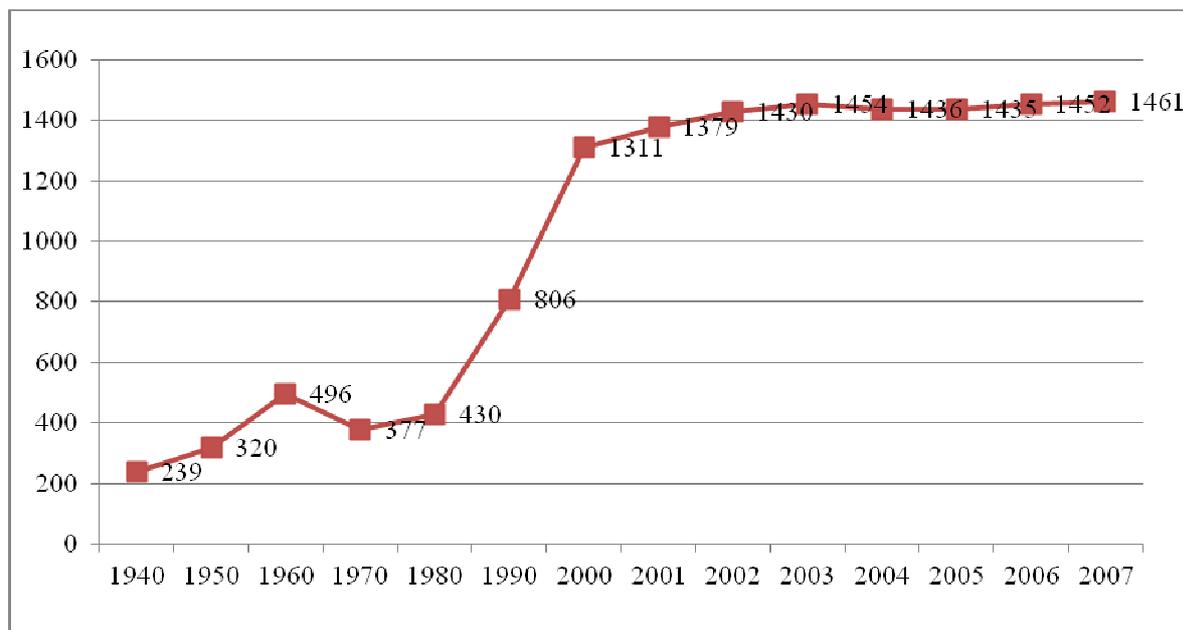
financeiras nacionais (visando a cumprir alguma exigibilidade na aplicação de recursos), empréstimos ou repasses de linhas oficiais do governo;

b) Operações de empréstimos: empréstimos e garantias para associados, através de recursos próprios da cooperativa ou de repasses do governo ou outras instituições financeiras;

c) Operações de serviços: cobrança, custódia, recebimentos e pagamentos por conta de entidades públicas e privadas; prestação a associados e a não associados de serviços de correspondente no país; apoio às instituições financeiras para viabilizar a distribuição de recursos de financiamento de crédito rural; distribuição de cotas de fundos de serviços de investimento; serviços técnicos para as outras cooperativas afiliadas às suas centrais, ou não. As cooperativas centrais também administram recursos para cooperativas singulares às primeiras; contratação de serviços para compensar cheques e efetuar transferências de recursos do SFN.

Tendo-se essas informações básicas sobre operação do sistema, passa-se à apresentação e descrição de dados que contribuem na sua caracterização. A primeira desta série de dados está apresentada no gráfico 1 a seguir. O mesmo se ocupa de expressar o número de cooperativas de crédito, desde 1940 até 2007. Vale a pena observar tal série em quatro momentos. O primeiro deles é de 1940 a 1960, quando havia um processo de expansão no número de instituições de crédito cooperativo, estancado pela reforma no sistema financeiro nacional, definida após o golpe militar de 1964. O segundo momento, derivado dessa alteração no regimento das instituições de crédito, segue até o início dos anos noventa do século passado e é caracterizado por uma contração no número de cooperativas de crédito. A partir da nova mudança institucional de 1990, no terceiro momento tem-se uma rápida expansão na criação dessas organizações. Por fim, a primeira década do século atual mostra uma diminuição no ritmo de crescimento das mesmas, algo previsível, depois de ter-se verificado que seu número mais do que triplicou entre 1990 e o início dos anos 2000.

Gráfico 1: Número de cooperativas de crédito em operação no Brasil - 1940 a 2007.



Fonte: PINHEIRO, 2008.

Os principais sistemas de crédito cooperativo do Brasil são Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICCOB), Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI), UNICRED, Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (CONFESOL) e Cooperativa Central de Crédito Urbano (CECRED). A tabela 1 a seguir mostra algumas variáveis que dão conta do processo de crescimento de tais estruturas.

Tabela 1 - Dados selecionados dos sistemas SICOOB, SICREDI, UNICRED, CONFESOL e CECRED – Brasil – 2006 a 2011.

Variável destacada	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Crescimento (2011/2010)
Associados	2.770.293	3.200.227	3.531.305	3.682.668	4.169.587	4.902.919	18
Ativos Totais	20.818.286.155	26.052.620.000	33.334.597.000	39.149.827.000	54.820.999.000	66.578.000.000	21
Colaboradores	n.d	25.729	27.673	28.560	30.201	36.356	20
Cooperativas	n.d	1.092	1.094	1.012	1.020	970	-5
Depósitos Totais	11.856.239.115	16.180.429.000	19.235.109.000	21.876.782.000	32.967.650.000	41.764.000.000	27
Operações de Crédito	11.311.924.160	15.045.030.000	20.074.146.000	22.476.042.000	31.757.134.000	38.906.000.000	23
Patrimônio Líquido	1.244.000.000	6.261.934.000	7.449.463.000	8.649.981.000	11.031.589.000	13.105.000.000	19
Pontos de Atendimento	3.293	3.338	3.638	3.711	3.948	4.123	4
Sobras no Ano	103.958.000	794.847.000	945.487.000	822.696.648	1.294.507.000	1.778.600.000	37

Fonte: Portal do Cooperativismo de crédito, 2012. Disponível em Dados não disponíveis: n.d.

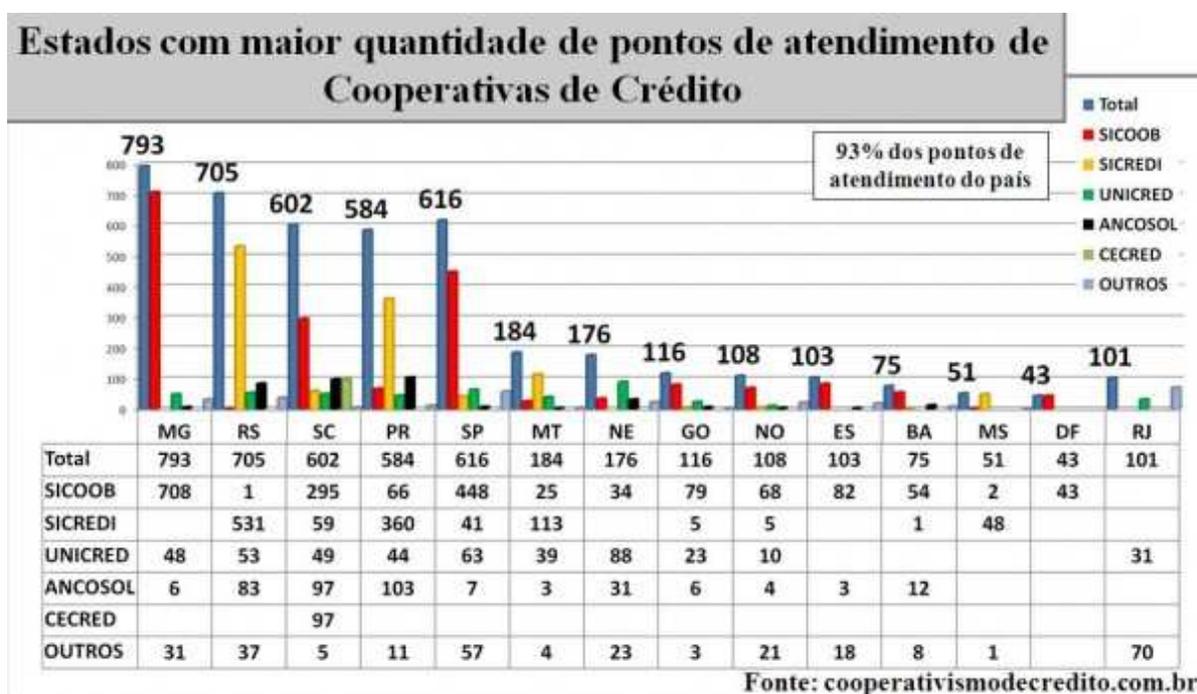
Observa-se, por esses dados, que tem havido um rápido crescimento desta atividade, ao se avaliar exclusivamente a segunda metade dos anos 2000 e o início da década atual. De mais de 2,7 milhões de associados, em 2006, chegou-se a quase cinco milhões em 2011. Em relação aos ativos totais, para o mesmo intervalo de tempo, os resultados triplicaram. O número de trabalhadores envolvidos nas atividades do sistema, os colaboradores, também tem aumentado de forma constante. Os dados sobre número de cooperativas³, assim como verificado no gráfico 1, de fato, se estabilizam, tanto pelos limites mercadológicos, quanto pela aparente decisão estratégica de reforçar os sistemas já consolidados, em função de sua atuação ocorrer no mercado em que há concorrência com bancos públicos, bancos privados de capital nacional e bancos privados multinacionais.

Outros dados financeiros destacados nesta tabela 1 contribuem na interpretação da expansão do sistema de crédito cooperativo. Os depósitos totais, entre 2006 e 2011 quadruplicaram, resultado similar quando é observado o número de operações de crédito. Em relação ao patrimônio líquido (PL), também pela própria característica das cooperativas, tal dado aumentou em dez vezes nessa

³ Existe uma distinção entre dados do gráfico 1 e da tabela 1, para o ano de 2007. Tal diferença no resultado entre o gráfico 1 e a tabela 1 ocorre porque o primeiro apresenta dados globais, ao passo que a segunda expressa os dados dos cinco sistemas revelados em seu título.

curta série temporal. Se o PL cresceu dez vezes, a agregação das sobras desses cinco sistemas cooperativos foi expandido em mais de dezesseis vezes, no mesmo período. Outra série de dados da tabela é da variável número de pontos de atendimento. Assim como verificado para as demais variáveis, também há nesse crescimento. Como complemento, a figura 1 proporciona ilustrar a localização desses pontos nas unidades da federação (Estados). Os dados também são referentes ao SICOOB, SIDREDI, UNICRED, CECRED, além da Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL), porém, sem CONFESOL.

Figura 1: Pontos de atendimento de cooperativas de crédito nas principais Unidades da Federação - Brasil – 2011.



Fonte: Portal do cooperativismo de crédito, 2012.

A figura 1 permite constatar que o estado de Minas Gerais é aquele em que há o maior número de pontos de atendimento. O SICOOB é responsável pela quase totalidade dos pontos de atendimento nesta unidade da federação. O Rio Grande do Sul ocupa o segundo lugar no *ranking* dos pontos de atendimento. Neste caso, o SICREDI possui o maior número de pontos de atendimento. Neste estado, ainda, há importante presença da ANCOSOL. Em Santa Catarina, por sua vez, há uma distribuição maior nos pontos de atendimento de cada sistema, mas o SICOOB é responsável por quase 2/3 dos pontos. Tal sistema de crédito cooperativo também é

o mais capilarizado no estado de São Paulo. No Paraná e em Mato Grosso o SICREDI é aquele que mais pontos de atendimento mantêm. Nos demais estados citados (e na agregação das regiões nordeste – NE, e norte - NO), há uma atuação não desprezível das cooperativas de crédito, mesmo que o atendimento seja relativamente menor do que o dos estados destacados.

Conforme informações do Portal do Cooperativismo (2012), em dezembro de 2011 havia Brasil 1.273 cooperativas de crédito, 38 centrais estaduais e 4 confederações. O alicerce desta estrutura está estabelecido em cinco sistemas de crédito: SICOOB, SICREDI, UNICRED, e CECRED, CONFESOL (representando as centrais: Cresol, Ecosol e Crenhor). (a figura em anexo ilustra esta complexa estrutura). Assim como interpretado anteriormente, segundo argumentos desse portal, a opção pela reunião em sistemas é uma resposta à grande concorrência encontrada no mercado financeiro brasileiro e a alternativa para fazer frente aos grandes conglomerados financeiros operantes no país. É uma decisão de gestão centralizadora de organização, em sua estrutura e conseqüente planejamento, direção, avaliação e aprimoramento dos resultados, conforme os princípios de gestão corporativa das cooperativas.

Ao se conhecer os dados do Sistema Financeiro Nacional, a partir de Pinheiro (2008), tem-se que a participação no total de operações de crédito na área bancária, ainda que pequena, é crescente para as cooperativas de crédito. Em 1995, essas organizações detinham 0,44% das operações de crédito brasileiras, ao passo que, em 2006, a parcela do total pulou para 2,66%. Vale a ressalva de que os bancos privados mais o Banco do Brasil ampliaram sua parcela nas operações, especialmente na década de 2000. A variável patrimônio líquido seguiu similar tendência a das operações de crédito, no período de referência. De forma ilustrativa, aponta-se que as cinco maiores instituições financeiras do país (Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Santander) detiveram 79% dos ativos totais e 74% do Patrimônio Líquido total do sistema financeiro nacional, ao final do ano de 2012 (BACEN, 2013). Nesse mesmo período, individualmente o Banco do Brasil participou do mercado apreendendo 21,68% dos ativos totais, enquanto o Banco Cooperativo Sicredi 0,39%.

O sistema financeiro brasileiro é considerado como um dos sistemas mais organizados do mundo, e a postura do Banco Central do Brasil têm sido de criar e de promover um ambiente cada vez mais favorável às cooperativas de crédito. Isso é demonstrado pelo crescimento e participação das cooperativas de crédito no sistema financeiro nacional, muito embora aparentemente uma expressão de 2,66% seja baixa. Porém, seu ritmo de crescimento nos últimos anos é acelerado e expressa a capacidade gerencial de acompanhar e aprimorar essas estruturas, diante das transformações legais e econômicas do país, especialmente a partir da estabilização de preços observada na segunda metade da década de 1990.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo procurou-se fazer uma abordagem sobre os mecanismos de sobrevivência que sociedades cooperativas têm buscado para sobreviver e adaptar-se diante do atual sistema econômico. Nesta abordagem, pode-se constatar segundo referenciais bibliográficos que as cooperativas que adotam mecanismos como adequados modelos e práticas de gestão, planejamento financeiro, organização de estruturas e desenvolvimento de processos convivem de forma harmônica com a atual economia de mercado, atuando de maneira a expandir suas operações.

Este trabalho permitiu inferir, a partir do exemplo das cooperativas de crédito, que em um ambiente favorável, ou seja, com regras de apoio e de controle por parte de órgãos reguladores, é possível desenvolver outra forma de organização social dentro do capitalismo. Oportuniza-se, com isso, ter uma sociedade mais justa, com acesso a bens e serviços a custos mais baixos e com a possibilidade de escolher, diante de um leque diversificado de alternativas disponíveis no mercado.

O apoio e controle por parte do Banco Central do Brasil (principal órgão regulador dentro do sistema financeiro - executor das normas do CMN) tem sido fundamental para o crescimento e aumento na participação de mercado das cooperativas de crédito. O aumento do número de associados é consequência do despertar para uma nova forma de se organizar em uma sociedade, através de cooperativas que obtêm permissão para ofertar os mesmos produtos e serviços das demais organizações bancárias, porém em uma condição diferente para seus

parceiros atendidos, a saber, de sócio e usuário, o que os proporciona também custos mais acessíveis.

No caso das cooperativas de crédito, o aumento do número de associados proporcionou, conforme dados apresentados nas fontes desta pesquisa, aumento expressivo nos volumes financeiros tais como: operações de crédito, depósito e, como consequência, patrimônio líquido e sobras financeiras. Este último elemento de vital importância para sobrevivência de uma cooperativa, independente do seu segmento.

Aparentemente, pode fazer pouco sentido uma opção de modelo econômico frente ao atual visar a sobras (ou lucro, como tradicionalmente é conhecido). Porém, tais resultados mantêm uma estrutura independente da natureza do tipo societário, inclusive cooperativa. O importante é entender a lógica econômica de uma cooperativa e sua finalidade.

A razão da existência de uma cooperativa é proporcionar aos seus usuários produtos e serviços mais acessíveis (o que não quer dizer gratuitamente), viabilizando assim uma melhor distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida entre esta “sociedade envolvida”. Usual é apontar que, enquanto empresas privadas são sociedades baseadas em capital, as cooperativas são sociedades baseadas em pessoas. Contudo, uma sociedade cooperativa necessita adotar mecanismos de sobrevivência dentro do atual sistema econômico e isso somente é possível se a mesma tiver uma gestão eficiente para obter resultados financeiros ascendentes, algo constatado na atualidade daquelas atuantes no país. Desta forma, tal organização coletiva pode manter suas atividades, diante da desigualdade de força observada no sistema financeiro, particularmente o brasileiro.

ABSTRACT

This paper aimed to discuss the transformation of credit unions, before the market economy is currently observed in Brazil. To this end, literature review on the subject was done, and noted that empirical evidence of conduct on system in the Country. It was found that credit unions are structured in this context without losing its doctrinal and maintaining their ideological principles. The observed changes in credit unions are caused by the force of regulatory changes, but also on the initiative of management models that aim to improve the position of these organizations in the markets where they operate. In Brazil, although the participation of credit unions is still small, in the setting of the aggregate national financial system, it is clear their growth and improvement of its results, particularly in the twenty-first century.

Evidence of this improvement is the increase in the number of establishments and the increasing share in total domestic credit variables that allow inferences about the performance of cooperative credit institutions in Brazil.

Keywords: Brazilian cooperative credit, changes in the structure of credit unions in Brazil, performance in the context of market economy.

NOTAS

¹ - Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUCRS).

² - Pós-graduação em Gestão Integrada de Capital Intelectual pela Faculdade de Tecnologia SENAC. Bacharel em Economia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

REFERÊNCIAS

BACEN - Banco Central do Brasil. *50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional*. Disponível em <http://www4.bcb.gov.br/fis/TOP50/port/Top50P.asp>. Acesso em 29 de maio de 2013.

_____. *Resolução 3.859 de 10 de maio de 2010*. Brasil: BACEN, 2010. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=110047070>. Acesso em 15 de agosto de 2012.

COSIF - Portal da Contabilidade. *Cooperativas de Crédito*. Disponível em <http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=coopcred#ativas>. Acesso em 15 de agosto de 2012.

ETGETO, A. A.; SILVA, C. G. B.; VICENTE, F. C.; GIROTTO, M. W.; MIRANDA, I. T. P. M. Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil. *Maringá Management Revista de Ciências Empresariais*. Maringá, PR. jan./jun./2005. v.2. n.1. p.7-19.

FUSFELD, D. *A Era do Economista*. São Paulo: Saraiva, 2001

HOLZ, V. R. *Análise teórico-empírica dos fatores que condicionam os êxitos e fracassos do cooperativismo no ambiente de economia de mercado*. Pelotas: UFPel, 2006. 59p.

MARGLIN, S. A. *What do Bosses do?* Disponível em: <http://post.economics.harvard.edu/faculty/marglin/papers.html>> Acesso em: 18 set. 2005.

OLIVEIRA, D. P. R. de. *Manual de Gestão Cooperativas: uma abordagem prática*. São Paulo: Atlas, 2001.

PAGNUSSAT, A. *Guia do Cooperativismo de Crédito – Organização, Governança e Políticas Corporativas*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2004.

PERIUS, V. *Problemas Estruturais do Cooperativismo*. Porto Alegre: s.ed., 1983.

PINHEIRO, M. A. H. *Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil*. Brasília, BACEN, 2008.

PINHO, D. B. *O Pensamento Cooperativo e o Cooperativismo Brasileiro*. São Paulo: CNPQ, 1982 v.I.

_____. *Economia e Cooperativismo*. São Paulo: Saraiva, 1977.

RIOS, L. O. *Cooperativas Brasileiras: Manual de Sobrevivência & Crescimento Sustentável: 10 Lições Práticas para as Cooperativas serem Bem Sucedidas em Mercados Globalizados*. São Paulo: STS, 1998.

SCHARDONG, A. *Cooperativa de Crédito: Instrumento de Organização Econômica da Sociedade*. Porto Alegre: Rigel, 2002.

TRINDADE, M. T.; FERREIRA FILHO, F. de A.; BIALOSKORSKI NETO, S. Análise do desempenho financeiro das cooperativas de crédito brasileiras nos últimos 10 anos. *Anais... Encontro dos Pesquisadores latino-americanos de cooperativismo*, 5. Ribeirão Preto, SP. 06 a 08 de agosto de 2008.

ANEXOS

Quadro 1: Dados selecionados das vinte principais cooperativas de crédito do Brasil - 2011.

Ordem	Nome da Cooperativa	Município Sede	Ativos Totais (R\$)	Total Crédito (R\$)	Total de Depósitos (R\$)	Patrimônio Líquido (R\$)	Número de Associados
1	SICOOB CREDICITRUS	BEBEDOURO SP	2.726.955.367	1.462.433.550	1.081.862.676	673.515.049	50.288
2	SICOOB COCRED	SERTAOZINHO SP	1.420.360.113	758.442.773	577.865.781	237.152.269	18.714
3	VIACREDI	BLUMENAU SC	1.124.077.788	691.848.159	725.825.167	250.478.552	187.000
4	COOPERFORTE	BRASILIA DF	1.070.514.094	796.972.284	767.210.970	260.154.647	112.599
5	SICREDI PIONEIRA RS	NOVA PETROPOLIS RS	820.155.551	465.835.287	621.036.941	140.509.397	72.158
6	CREDICOAMO	CAMPO MOURAO PR	798.811.286	439.841.822	202.369.188	190.239.886	9.007
7	SICOOB COOPECREDI	GUARIBA SP	747.982.437	280.978.495	355.908.441	96.979.125	1.991
8	SICREDI UNIAO PR	MARINGA PR	740.741.734	554.101.474	401.237.070	86.843.819	56.658
9	SICREDI UNIAO RS	SANTA ROSA RS	736.235.262	573.679.301	429.886.945	119.792.654	108.890
10	SICOOB CREDICOM	BELO HORIZONTE MG	718.988.909	209.309.208	625.983.326	70.994.598	36.646
11	SICREDI CATARATAS DO IGUACU PR	MEDIANEIRA PR	701.588.605	543.546.090	457.295.036	81.903.495	59.647
12	SICREDI REGIAO DOS VALES RS	ENCANTADO RS	636.050.586	359.992.192	452.967.523	105.382.799	35.445
13	UNIPRIME PR	LONDRINA PR	569.768.680	265.519.008	315.529.759	200.805.970	10.706
14	SICREDI CELEIRO DO MT	SORRISO MT	555.320.449	417.584.567	177.597.366	74.610.914	21.389
15	SICREDI SERRANA RS	CARLOS BARBOSA RS	528.965.907	312.060.465	407.328.558	59.364.933	56.997
16	SICREDI PLANALTO GAUCHO RS	CRUZ ALTA RS	496.881.772	366.224.467	181.094.744	84.764.965	30.622
17	UNICRED CENTRO BRASILEIRA GO	GOIANIA GO	469.101.306	310.257.391	351.575.612	85.518.710	8.413
18	SICREDI NORTE RS/SC	ERECHIM RS	468.086.229	326.079.366	309.100.848	57.347.581	53.987
19	SICOOB CREDICOONAI	RIBEIRAO PRETO SP	452.543.345	319.053.751	161.435.799	72.792.165	19.379
20	SICREDI OURO VERDE	LUCAS DO RIO VERDE MT	447.512.315	436.769.091	100.279.200	96.685.031	18.253
	Somatório das 20 maiores cooperativas de crédito		16.230.641.735	9.890.528.740	8.703.390.953	3.045.836.558	968.789
	Participação percentual no total das organizações cooperativas de crédito		26%	24%	25%	22%	17%

Fonte: Portal do Cooperativismo de crédito. Disponível em

<http://cooperativismodecredito.com.br/news/category/cooperativas-de-credito-no-brasil/maiores-cooperativas-de-credito-do-brasil/> Acesso em 14 de agosto de 2012.

Quadro 2 – Variáveis selecionadas das cooperativas de crédito do Brasil – 2011

Variável	Valor
Patrimônio Líquido (R\$ 1.000)	13,844
Total de depósitos (R\$ 1.000)	34,813
Número de Associados (milhões)	5,7

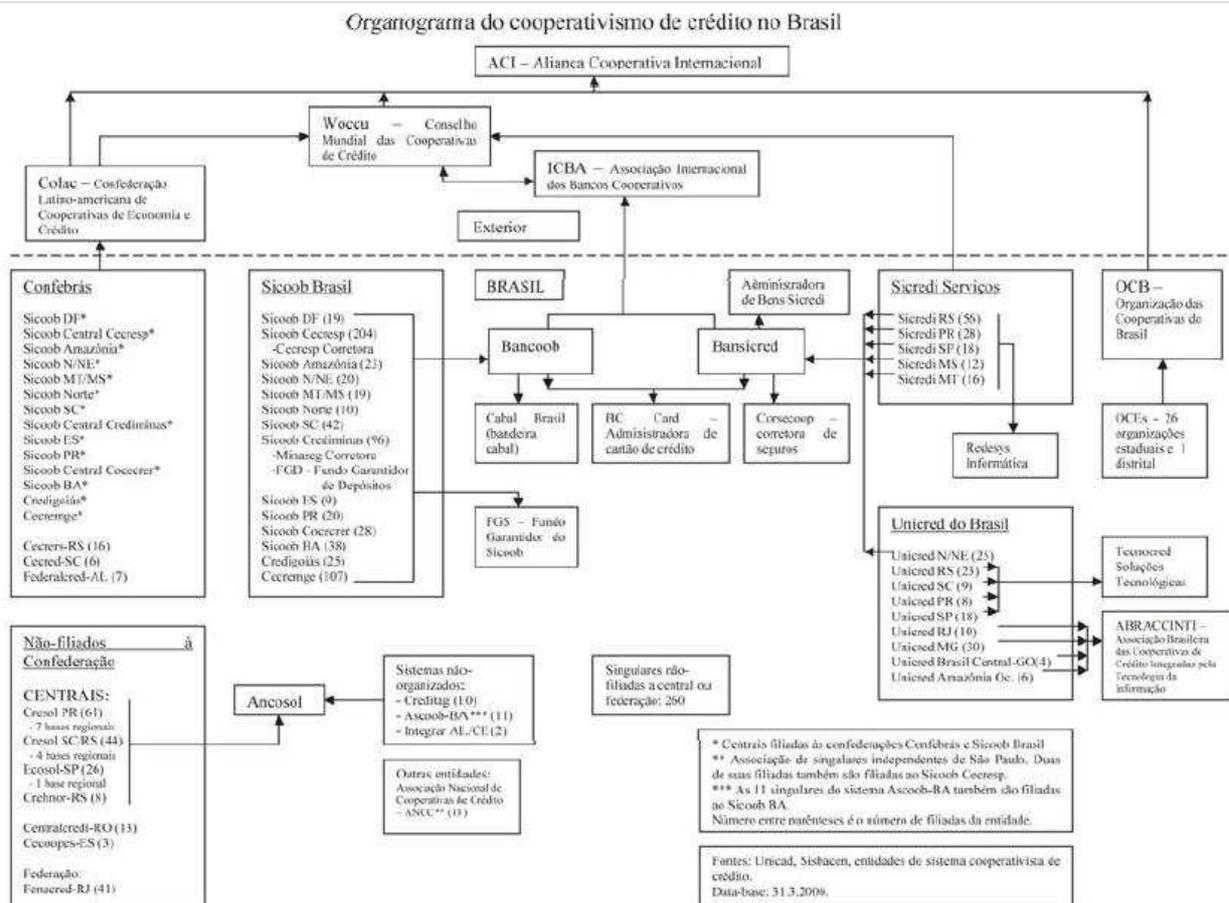
Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Portal do Cooperativismo de crédito. Disponível em <http://cooperativismodecredito.com.br/news/category/cooperativas-de-credito-no-brasil/maiores-cooperativas-de-credito-do-brasil/> Acesso em 14 de agosto de 2012.

Tabela 2 - Variáveis selecionadas referentes a valores agregados das cinco principais cooperativas de crédito em operação no Brasil - 2010 e 2011

Variável	2007	2008	2009	2010	2011	Crescimento 2011/2010
Associados	3.200.227	3.631.305	3.825.257	4.355.587	4.902.919	13%
Ativos Totais	26.052.620.000	33.859.597.000	39.888.956.000	55.866.999.000	66.578.000.000	19%
Colaboradores	25.729	27.673	28.560	33.378	36.356	9%
Cooperativas	1.092	1.107	1.025	1.020	970	-5%
Depósitos Totais	16.180.429.000	19.595.109.000	22.395.633.000	32.967.650.000	41.764.000.000	27%
Operações de Crédito	15.045.030.000	20.371.146.000	22.909.733.000	31.757.134.000	38.906.000.000	23%
Patrimônio Líquido	6.261.934.000	7.588.463.000	8.838.162.000	11.031.589.000	13.105.000.000	19%
Pontos de Atendimento	3.338	3.718	3.791	4.065	4.123	1%
Sobras no Ano	794.847.000	960.487.000	852.155.648	1.294.502.990	1.778.600.000	37%

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Portal do cooperativismo de crédito, 2013. Disponível em <http://www.cooperativismodecredito.com.br/DadosConsolidados.html>. Acesso em 29 de maio de 2013.

Figura 2: Organograma do cooperativismo de crédito no Brasil



Fonte: Portal do cooperativismo de crédito. Disponível em <http://www.cooperativismodecredito.com.br/CooperativismoNoBrasil.html>. Acesso em 15 de agosto de 2012.